



UNIVERSIDADE  
EDUARDO  
MONDLANE

ESCOLA SUPERIOR DE DESENVOLVIMENTO RURAL

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA RURAL

Tema:

**Contributo socio-económico das Associações Agrícolas no Desenvolvimento Local do Distrito de Mabote (2009 a 2013): Caso das Associações Tsembeca e AMUMAD.**

**Curso:**Economia Agrária

**Autor:** Filipe Simone Chambela

Vilankulo, Junho de 2015

Filipe Simone Chambela

**Contributo Socio-económico das Associações Agrícolas no Desenvolvimento Local do Distrito de Mabote (2009 a 2013): Caso das Associações Tsembeca e AMUMAD.**

Dissertação apresentada em cumprimento  
dos requisitos exigidos para obtenção do grau  
Académico de Licenciatura em Economia  
Agrária no Departamento de Sociologia Rural,  
Escola Superior de Desenvolvimento Rural, UEM

**Supervisor:**

dr. Justino Hilário

UEM-ESUDER

Vilankulo

2015

## **Declaração**

Declaro que este trabalho nunca foi apresentado, na sua essência, para a obtenção de qualquer grau académico e ele constitui o resultado da minha investigação pessoal estando no texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

O candidato

---

Filipe Simone Chambela

Vilankulo, Junho de 2015

## **Dedicatória**

Este trabalho é dedicado ao meu pai Simone Muquingue Chambela, à minha mãe Suzana António Mufume, à minha tia Anita Manuce (pilares da minha vida) e a todos meus irmãos.

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar agradecer a Deus por me ter concedido saúde, força de vontade e inspiração, que permitiram tornar possível a realização deste trabalho, e em segundo lugar aos meus pais e a todos os meus familiares agradeço pelo todo o apoio prestado em todas vertentes (especialmente ao meu irmão Lourenço Chambela pelo todo apoio incondicional que me depositou).

Agradeço ao meu supervisor dr Justino Hilário pela valiosa atenção e paciência prestada e a todo corpo docente da Escola Superior de Desenvolvimento Rural, em especial o do Departamento de Sociologia Rural.

Aos meus colegas do curso de Economia Agrária: Efraime Zandamela, Abacar Ussene, Rosalina Faduco, Santos Manhiça, Osvaldo Tomás, Paulino Rodrigues e os demais, Obrigado por tudo.

Agradeço de forma especial ao técnico dos Serviços Distritais de Actividades Económicas de Mabote, o senhor António Bango pela sua incansável assistência concedida durante a recolha de dados, não esquecer do dr Flávio Chiesa e todos funcionários do SDAE de Mabote.

Agradeço a todos que contribuíram para a minha formação, que não cabem nesta humilde página mas estarão todos vocês eternamente na minha mente e aproveito nesta ocasião vos deixar o meu agradecimento sincero e eterno.

Para todos, o meu MUITO OBRIGADO

## **Lista de abreviaturas**

AMUMAD – Associação das Mulheres de Mabote em Desenvolvimento

CS– Centro de Saúde

DNER - Direcção Nacional de Extensão Rural

DPS – Direcção Provincial da Saúde

Frelimo – Frente de Libertação de Moçambique

GODCA - Gabinete de organização e desenvolvimento das cooperativas agrícolas

GPM - Grupo de Pesquisa de Moçambique

GTZ – Gabinete de Apoio Técnico Alemã

INCAJU – Instituto Nacional do Caju

INE – Instituto Nacional de Estatística

IRD – InternationalRelief&Development

KULIMA – Organismo para o desenvolvimento sócio-económico Integrado

ONGs – Organizações Não Governamentais

PAES – Programa de Reabilitação Económica e Social

PAMA - Programa de Apoio aos Mercados Agrícolas

PDC - Plano Director do Cajú

SDAE – Serviços Distritais de Actividades Económicas

**Lista de gráficos**

Gráfico 1 .....38

## **Lista de apêndices e anexos**

Apêndice 1: Guião de entrevista.....	I
Apêndice 2: Questionário:.....	IV
Apêndice 3: Tabelas de dados colectados nas associações.....	VIII
Anexo 1: Mapa da divisão administrativa do distrito de Mabote.....	X
Anexo 2: Legislação (Decreto-Lei nº 2/2006 de 3 de Maio) .....	XI

## **Resumo**

Esta pesquisa pretende analisar o contributo socioeconómico das associações agrícolas no desenvolvimento local do distrito de Mabote tomando como foco a Associação Tsembeca e Associação das Mulheres de Mabote para o Desenvolvimento. A análise foi feita através da identificação e caracterização das actividades desenvolvidas pelas associações agrícola, descrição dos constrangimentos sócio-económicos que afectam as associações bem como a comparação do nível do contributo sócio-económico das associações Tsembeca e AMUMAD na melhoria do bem-estar dos associados e da sociedade em geral. Para a realização do trabalho partir-se de metodologias qualitativas e quantitativas que permitiram analisar os dados colectados com uma amostra de certa de 15 membros da Associação Tsembeca e 18 da Associação das Mulheres de Mabote para o Desenvolvimento. Os resultados da pesquisa mostram que nas associações agrícolas locais pratica-se várias actividades tais como a produção agrícola, pecuária e o agro-processamento. Durante a realização destas actividades nota-se vários constrangimentos sócio-económicos tais como a invasão das machambas por parte do gado bovino e caprino, maior índice de proliferação de pragas e doenças durante a produção e armazenamento, maior frequência de roubos de castanha de cajú nas machambas, falta de informações sobre os factores determinantes da qualidade das castanhas, dificuldades financeiras na aquisição das embalagens (frascos) e para promover do produto, insuficiência de mudas para repor os cajueiros que não reproduz e falta de capacidade financeira para comprar grandes quantidades de matéria-prima para assegurar a continuidade da actividade de processamento durante todo o ano. As associações Tsembeca a AMUMAD albergam menor número dos agricultores locais e criam rendimentos instáveis ao longo do ano. Desta feita, não contribuem de forma significativa na promoção de desenvolvimento local do distrito de Mabote.

**Palavras-chave:** Associações, Associações Agrícolas e Desenvolvimento Local

## ÍNDICE

<b>Conteúdos</b>	<b>Páginas</b>
Declaração de honra .....	i
Dedicatória.....	ii
Agradecimentos .....	iii
Lista de Abreviaturas .....	iv
Lista de gráficos.....	v
Lista de apêndices e anexos.....	vi
Resumo .....	vii
<b>CAPITULO I - INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
1.1. Contextualização .....	1
1.2. Problema de estudo.....	2
1.3. Justificativa.....	3
1.4. Objectivos.....	5
1.4.1. Geral.....	5
1.4.2. Específicos .....	5
1.5. Hipóteses .....	5
<b>CAPÍTULO II - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA .....</b>	<b>6</b>
2.1. Conceitos básicos .....	6
2.1.1. Associação.....	6
2.1.2. Desenvolvimento local .....	7
2.1.3. Capital social .....	9
2.2. Histórico e surgimento de associações .....	11
2.3. Associações em África .....	12

2.4. Associações em Moçambique .....	12
2.4.1. Quadro legal e institucional do associativismo em Moçambique.....	15
2.4.2. Características do sector agrário Moçambicano.....	16
2.5. Classificação das associações.....	17
2.6. Características das associações agrícolas .....	17
2.7. Associações e suas vantagens.....	18
2.8. As associações e sua Importância no Âmbito Rural.....	18
2.9. O papel das associações agrícolas no desenvolvimento local .....	19
2.10. Associações agrícolas como estratégia de desenvolvimento local.....	21
<b>CAPÍTULO III - METODOLOGIA.....</b>	<b>23</b>
3.1. Descrição da área de estudo.....	23
3.1.1. Características do distrito de Mabote .....	23
3.1.2. Características edafoclimáticas .....	24
3.1.3. Características do grupo alvo .....	25
3.1.4. Análise de dados .....	27
3.1.5. Amostra da pesquisa.....	27
3.1.6. Limitações do estudo .....	28
<b>CAPÍTULO IV - RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>29</b>
4.1. Principais actividades desenvolvidas pelas associações Tsembeça e AMUMAD.....	29
4.1.1. Associação Tsembeça.....	29
4.1.2. Associação AMUMAD .....	30
4.2. Principais constrangimentos sociais e económicos que afectam as associações.....	31
4.3. Contributo socioeconómico das associações Tsembeça e AMUMAD na melhoria do bem-estar dos associados e da sociedade em geral.....	33
4.3. 1. Número de associados por sexo nas associações Tsembeça e AMUMAD, no período de 2009 a 2013 .....	35

CAPÍTULO V - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....	37
5.1. Conclusões.....	37
5.2. Recomendações .....	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	40

## **CAPITULO I - INTRODUÇÃO**

### **1.1. Contextualização**

Desde a pré-história as associações agrícolas fazem parte da organização das sociedades humanas na luta pela sobrevivência frente às adversidades de cada época, e através dos tempos contribuíram para estruturação das diferentes organizações sociais. O desenvolvimento da actividade agrícola está directamente ligado ao incremento da produção e da produtividade dos factores usados durante o seu processo produtivo, havendo necessidade de pautar por alternativas de produção capazes de usar da melhor maneira possível a terra, a tecnologia e o capital empregue na agricultura (José Schneider, 1991).

Em Moçambique o desenvolvimento local nas zonas rurais é orientado pelas associações agrícolas que tem como missão promover o desenvolvimento a partir da política de atracção de novos investimentos e estímulo às iniciativas locais exercendo actividades de apoio, como a prestação de serviços, capacitação e, também a função de organizar os actores sociais e económicos em torno de desenvolvimento de uma comunidade, melhorando a sua competitividade e mudando a sua atitude em direcção a pro-actividade. As associações são chamadas a desempenhar um papel preponderante na promoção da economia e no desenvolvimento socioeconómico (Salim Valá, 2002).

Segundo Calvert-Henderson Penachioni (2009), a eficiência das nações a partir da qualidade de vida da população no âmbito social e económico é medida em torno de indicadores como a educação, emprego, saúde, renda e habitação. Para analisar o contributo sócio-económico das associações agrícolas no desenvolvimento local do distrito de Mabote tomando como foco a associação Tsembeca e Associação das Mulheres de Mabote para o Desenvolvimento foram usados indicadores como a renda, educação e saúde.

Os resultados da pesquisa mostram que durante a realização das actividades os associados tem-se deparado com vários constrangimentos de índole sócio-económicos desde a produção até a comercialização dos seus produtos. No que se refere ao contributo sócio-económico no desenvolvimento local verificou-se que as associações agrícolas Tsembeca e AMUMAD desempenham um papel preponderante sobretudo no que diz respeito à educação e à saúde dos

seus associados e suas famílias, pese embora albergam menor número de agricultores locais e criam rendimentos instáveis ao longo do ano, sendo assim, não têm um contributo significativo no processo de desenvolvimento local do distrito de Mabote.

O trabalho é composto por 5 capítulos a saber: Introdução, enquadramento teórico, a Metodologia, Resultados e Discussão, e por fim a Conclusões e Recomendações. No primeiro capítulo apresenta-se a introdução, onde consta a ideia geral do tema, a seguir apresenta-se a estrutura do trabalho seguida do problema, questão de partida, justificativa da escolha do tema, os objectivos da pesquisa e por fim as hipóteses. No segundo capítulo consta a revisão de literatura que encontra-se subdividida em quadro teórico que são as diferentes teorias que fundamentam a pesquisa e a definição de conceitos que ajudam a compreensão da mesma e também consta desta uma breve contextualização do tema em Moçambique, de modo que não haja dificuldade de interpretar os termos utilizados durante o trabalho. No terceiro capítulo segue-se os procedimentos metodológicos privilegiados na pesquisa que detalham a descrição da área de estudo (localização geográfica, divisão administrativa e características socioeconómicas), o tipo e as etapas da pesquisa, os métodos e técnicas usadas para recolha de dados, o tipo e o tamanho da amostra. No quarto capítulo apresentam-se os resultados obtidos e a discussão dos mesmos com vista a responder os objectivos definidos e confirmar as hipóteses formuladas. No quinto e último capítulo são apresentadas as conclusões e recomendações do trabalho.

## **1.2. Problema de estudo**

De acordo com Adolfo Casal (1996), Moçambique faz parte do grupo de países que devem resolver o problema do seu desenvolvimento básico a partir da agricultura, nesta perspectiva, o governo moçambicano definiu, no período pós independência a linha global da política de desenvolvimento nacional, de tornar a agricultura como base e a indústria como o factor dinamizador. Desde então as associações agrícolas são consideradas instrumento fundamental para o desenvolvimento local no campo.

As associações agrícolas contribuem para potencial emancipação e o desenvolvimento de qualquer comunidade ao articular o pontual com o abrangente. O seu fomento constitui a pedra angular do desenvolvimento local cuja problemática está em captar as contradições e organizar as pessoas, uni-las e engajá-las harmoniosamente em torno de interesses comuns, dando

atendimento às suas necessidades colectivas e individuais. Assim sendo, as associações agrícolas tornam os homens mais próximos da busca de autonomia na promoção do desenvolvimento local (Nilsa Canterle, 2004).

A agricultura é a base de sobrevivência da população do distrito de Mabote sendo de subsistência e que depende na sua maioria das chuvas. Os agricultores locais organizam-se em associações de forma melhorar as condições vida. Através das suas actividades conseguem melhorar as condições sócio-económicas da população local, estimulando assim o desenvolvimento local. As associações agrícolas trabalham em conexão com os diversos agentes de desenvolvimento tais como a comunidade local, o governo e o privado usando da melhor maneira possível a terra, a tecnologia e o capital.

Tendo em conta que no distrito de Mabote regista-se actualmente um aumento quantitativo das associações agrícolas criadas para resolver os problemas dos seus associados e da sociedade em geral, leva-nos a colocar a seguinte questão: *Qual é o contributo sócio-económico das associações agrícolas no processo do desenvolvimento local do Distrito de Mabote?*

### **1.3. Justificativa**

As associações agrícolas revelam-se de crucial importância pelo papel que desempenham no fomento da economia e de igual forma na melhoria do nível de vida das comunidades locais. As cooperativas e associações agrícolas são chamadas a desenvolver um papel preponderante na promoção da economia local e no desenvolvimento social, especialmente nos países em via de desenvolvimento como é o caso de Moçambique (Ferrinho, 1997).

As associações agrícolas podem desenvolver um papel fundamental na construção e gestão de infra-estruturas locais, inovação tecnológica e disseminação das experiências e informações tecnológicas, prestação de serviços de extensão, assistência técnica e manutenção, organização da formação educacional e treino profissional, protecção do direito de posse e uso da terra e da qualidade do solo e do meio ambiente, organização do acesso ao crédito e mobilização de recursos locais, públicos e extremos, na melhoria da gestão dos projectos e elevação da sua taxa de retorno, negociações dos preços relativos e dos produtos agrários, expansão da rede comercial e de transporte (Salim Valá 2002).

A escolha do tema deve-se pelo facto das associações agrícolas do distrito de Mabote constituírem um factor determinante para o desenvolvimento, na medida em que criam microempresas alargando as possibilidades de emprego. Por outro lado, permitem ter um conhecimento profundo da realidade dos seus membros, isto é, seus problemas, suas necessidades e aspirações. Estes aspectos também são vistos como importantes para compreensão das dinâmicas socioeconómicas nas comunidades locais.

As associações agrícolas ao nível local são tidas como uma forma de organização estratégica de promoção de desenvolvimento local e consequentemente como um mecanismo que visa melhorar as condições de vida dos camponeses. A questão de desenvolvimento local tem ocupado um lugar de destaque nas agendas políticas, sociais e económicas do Governo local e das Organizações Não Governamentais.

A escolha do Distrito de Mabote para a realização do trabalho prendeu-se nas seguintes razões:

1. Por ter um grande peso na agricultura pelo seu elevado potencial para a prática desta actividade, existindo algumas associações agrícolas ao nível local;
2. Por estar localizado na província de Inhambane, local pelo qual o trabalho será apresentado e por esta localização oferecer facilidades de ir no terreno, facilidades estas relacionadas ao tempo e custos que são razoavelmente baixo.

## **1.4. Objectivos**

### **1.4.1. Geral**

➤ Analisar o contributo sócio-económico das associações agrícolas no desenvolvimento local do distrito de Mabote no período de 2009 a 2013.

### **1.4.2. Específicos**

- Identificar e caracterizar as principais actividades desenvolvidas pelas associações agrícolas do distrito de Mabote;
- Descrever os principais constrangimentos sociais e económicos que afectam as associações agrícolas locais;
- Comparar o nível do contributo sócio-económico das associações Tsembeca e AMUMAD na melhoria do bem-estar dos associados e da sociedade em geral.

## **1.5. Hipóteses**

**Hipótese nula:** Na perspectiva sócio-económica, as associações agrícolas do distrito de Mabote têm contribuído de forma significativa na promoção de desenvolvimento local;

**Hipótese alternativa:** Na perspectiva sócio-económica, as associações agrícolas do distrito de Mabote não contribuem significativamente no processo de desenvolvimento do local.

## **CAPÍTULO II - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

### **2.1. Conceitos básicos**

#### **2.1.1. Associação**

Para Sitori (2013) a associação é entendida como grupo estratégico de pessoas que visa a melhoria das condições de vida dos seus membros nos seus processos de desenvolvimento. Os seus intervenientes têm acesso a diferentes serviços que são providenciados pela associação, entretanto, o objectivo consiste em adoptar os seus membros ajudando-lhes a melhorar o seu nível de vida.

A associação é uma modalidade de agrupamento dotada de personalidade jurídica, sendo pessoa jurídica de direito privado voltada à realização de interesses dos seus associados ou de uma finalidade de interesse social, cuja existência legal surge com a inscrição de seu estatuto no registo competente, desde que satisfeitos os requisitos legais, que ela tenha objectivo lícito e esteja regularmente organizada (PAES, 2006).

No contexto de desenvolvimento local e sustentabilidade social, a associação é vista como uma força estratégica capaz de melhorar as condições locais de vida das pessoas e de uma população sob todas as suas dimensões. A vida associativa está presente em muitas áreas das actividades humanas, mormente traduzida em condições que visam contribuir para o equilíbrio e estabilidade social (FRANTZ, 2002).

Para Leonello e Cosac (2001) a associação constitui um elemento histórico para melhorar a qualidade da existência humana, ou seja, para melhorar as condições de vida dos indivíduos de um determinado local, pois faz com que a troca de experiências e a convivência entre as pessoas se constituam em oportunidade de crescimento e desenvolvimento das pessoas e de uma população, sob todas as suas dimensões.

O Decreto-Lei nº 2/2006 de 3 de Maio no seu artigo 2 define as associações agrícolas como sendo as diversas formas de organização e de entajuda das comunidades, relacionadas com as actividades agro-pecuárias. São também as organizações que sejam detentoras ou possuidoras, a qualquer título, do direito que lhes assegure o uso e fruição de terras, de gado, ou de áreas

florestais e que tenham por objectivo o apoio ou fomento da exploração agrícola, agro-pecuária ou florestal ou outras com elas directamente relacionadas ou conexas.

A Direcção Nacional de Extensão Rural (DNER) (2004), conceitua associação agrícola como uma expressão organizada da sociedade que representam objectivos comuns, nas explorações agrárias de modo a salvaguardar o bem-estar e a melhoria das condições de vida no espaço rural.

Associação agrícola é um grupo de seres humanos que de uma maneira orgânica, entram em relação a fim de tornar possível a realização de certos interesses comuns (lucrativos ou não) através da exploração agrícola e que participam numa ou noutra função da vida social. (CAMPOS, 1999).

### **2.1.2. Desenvolvimento local**

Para Burque *apud* Da Silva (2013) desenvolvimento local é um processo endógeno restrito a pequenas esferas territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo económico local e, por conseguinte, a melhoria da qualidade de vida de sua população. Concebe uma transformação em suas bases económicas e na organização social em nível local, resultante de mobilização das energias da sociedade descobrindo as suas potencialidades e capacidades específicas. Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais.

O conceito de desenvolvimento local tem um carácter fundamentalmente endógeno, procurando um processo sustentado de aproveitamento das oportunidades e capacidades locais, mesmo que com o aporte dos recursos externos, e pressupõe a participação de todos os actores sociais, económicos, públicos e privados (VALÁ, 2005).

Conforme FAURÉ & HASENCLEVER (2005), a noção de desenvolvimento local engloba várias dimensões, espaciais, económicas, sociais, culturais e políticas que, através de seu conjunto dinâmico, podem produzir uma prosperidade sólida e durável que não se reduz somente à taxa de crescimento do PIB do ao nível local. O melhoramento dos efeitos de aglomeração, intensificação das economias de proximidade, a ancoragem física das empresas, a realização de programas de criação de emprego e renda, o apoio à modernização do tecido empresarial, os

esforço produzidos para elevar o nível de qualificações e de competências e as acções facilitando a incorporação e a difusão das inovações, a construção do território por um conjunto de organizações e de serviços, o accionamento de uma governação associando as esferas públicas e privadas, a criação de instrumentos institucionais visando adaptar as mudanças e antecipar os problemas e os desafios, figuram entre os componentes do possível desenvolvimento local.

O desenvolvimento local é um processo de crescimento económico e de mudanças de paradigmas, liderado pela comunidade local ao utilizar seus activos e suas potencialidades, buscando a melhoria da qualidade de vida da população (CAMPOS, 1999).

De acordo com Milani (2003), desenvolvimento local pode ser considerado um conjunto de actividades culturais, económicas, políticas e sociais, que participam de um projecto de transformação consciente da realidade local. O mesmo autor prossegue explanando que, neste projecto de transformação social, há um significativo grau de interdependência entre os diversos segmentos que compõem a sociedade (contextos político, legal, educacional, económico, ambiental, tecnológico e cultural) e os agentes presentes em diferentes escalas económicas e políticas.

Desenvolvimento local é um evento resultado do pensamento e da acção à escala humana, que confrontam o desafio de enfrentar problemas básicos e alcançar níveis elementares e auto-refenciados de qualidade de vida na comunidade (MARTINS, 2002).

Nas discussões de Zapata (2001), pode-se inferir que a estratégia de apoio ao desenvolvimento local tem como eixos a construção de capital social, o fomento adequado aos micro e pequenos empreendimentos e o fortalecimento do governo local, através da cooperação, da construção de parcerias e da intervenção de actores por um projecto colectivo de desenvolvimento com mais equidade. O desenvolvimento local se apoia na ideia de que as localidades e territórios dispõem de recursos económicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais, além de economias de escalas não exploradas, que constituem seu potencial de desenvolvimento. As estratégias e as iniciativas de desenvolvimento local propõem-se a estimular a diversificação da base económica local, favorecendo o surgimento e a expansão de empresas. As economias locais e regionais crescem quando se difundem as inovações e o conhecimento entre as empresas e os territórios.

Para FRANCO (1998), a noção de desenvolvimento local está implicitamente ligada à questão da sustentabilidade, pois para o autor não basta crescer economicamente, é preciso aumentar os graus de acesso das pessoas ao conhecimento, renda, a riqueza e ao poder ou capacidade de influenciar as decisões públicas. Para este autor, desenvolvimento é uma estratégia que facilita a conquista da sustentabilidade pois leva à construção de comunidades humanas sustentáveis.

O desenvolvimento local está associado, normalmente, a iniciativas inovadoras e mobilizadoras da colectividade, articulando as potencialidades locais nas condições dadas pelo contexto. As comunidades procuram utilizar suas características específicas e suas qualidades superiores e se especializar nos campos em que têm uma vantagem comparativa com relação às outras regiões (HAVERI, 1996).

Segundo o Institut de Formation em Développement Communautaire – IFDEC (1992), o desenvolvimento local pode ser definido como uma estratégia de intervenção socioeconómica por meio da qual se incentiva o empreendedorismo dos representantes locais do sector privado, público ou social, a valorizar os recursos humanos.

### **2.1.3. Capital social**

A definição de Capital Social relaciona aspectos da organização social, facilitando acções coordenadas para: a) dotar de poder grupos sociais em contextos de vulnerabilidade e exclusão para atenuar o efeito decorrente das relações assimétricas de poder; b) fortalecer os laços associativos dos grupos locais, suas mobilizações e organizações representativas para fomentar as relações de interacção entre os diferentes atores presentes na esfera pública (SANTOS JÚNIOR, AZEVEDO & RIBEIRO, 2004).

STOLLE (2003) resume os conceitos de capital social definindo-o como um recurso da sociedade que agrega os cidadãos uns aos outros e lhes permite alcançar os seus objectivos comuns mais eficazmente.

Segundo ABRAMOVAY (2003), capital social é uma forma de estrutura social baseada na confiança que facilita as acções dos indivíduos através da interacção entre eles. Dentro desse conceito, o aspecto da confiança é visto como o facilitador da vida social ao gerar e potencializar

os recursos económicos. Dessa forma, a confiança é alcançada a partir do conhecimento mútuo entre os membros da comunidade e em consequência da forte tradição de acção comunitária.

Para PUTNAM apud FORERO (2002) o capital social nos remete para os traços da vida social, redes sociais e confiança que facilitam a acção e a cooperação na busca de determinados objectivos comuns. Na óptica deste, a confiança exerce o papel de lubrificante da vida social e de geradora de resultados económicos.

Com relação ao conceito de capital social, FRANCO (2001) o relaciona à capacidade de as pessoas de uma sociedade: privilegiarem os interesses do grupo em detrimento dos individuais; implementarem o trabalho conjunto, objectivando o alcance das metas comuns da comunidade; organizarem-se e se associarem; e, compartilharem valores, normas e gestão das organizações comunitárias. Essas características denotam uma série de relações estáveis e duráveis estabelecidas entre pessoas e os diversos grupos e associações formados dentro do território e propiciam um nível óptimo de desenvolvimento social para a comunidade.

Para Grootaert e van Bastelaer (2001), o capital social de uma comunidade inclui as instituições, as relações, as atitudes e os valores que governam as interacções entre os seus membros e que contribuem para o desenvolvimento económico e social. Da mesma forma, são as redes e os valores morais que contribuem para a melhoria do bem-estar da comunidade.

Para NOGUEIRA (2001) o capital social subdivide-se em três formas a saber: primeiro, normas e sanções que estimulam o bem-estar. Segundo, canais de traços de informação e ideias e finalmente a confiança. Como as outras formas de capital, o capital social é produtivo, tornando possível a realização de certos fins. Para ele o capital social não é um atributo dos indivíduos, mas um aspecto dependente do contexto e da estrutura social, ou seja, inerente à estrutura das relações entre dois ou vários atores.

## **2.2. Histórico e surgimento de associações**

As primeiras associações surgiram na Europa Ocidental, em particular na Inglaterra, no início do século XIX com o advento da revolução industrial. Todavia a revolução industrial foi caracterizada com a descoberta de máquinas e a mecanização reinou no processo de fabricação, não obstante milhares de operários foram substituídos pelas máquinas nas fábricas, conseqüentemente trouxe em massa o desemprego, fome, miséria, alcoolismo, exploração da mão-de-obra, competição ou seja um enorme problema social. Foi nessa altura onde muitas ideias e propostas surgiram para mudar a situação paupérrima que muitos operários atravessavam. Em virtude deste problema social surgem movimentos sociais, as cooperativas, os sindicatos e organizações dos operários pautando pela melhoria dos seus salários e condições de trabalho nas fábricas. Conclui que nesse momento histórico, face a crise que atravessava o capitalismo, emergiram associações privadas sem fins lucrativos para inverter e superar as contradições e conflitos gerados pela exploração e opressão capitalista, a única opção que os operários encontraram para suprir a sua situação de miséria, foi a de criar cooperação solidária, auto-organização, autogestão, caixas económicas, associações de socorros mútuos para garantir a sobrevivência das famílias e das comunidades locais (WOJAHN & MARTINEZ, 2008).

O desenvolvimento local acompanhou as mudanças estruturais e características das diferentes fases históricas da sociedade. Entretanto, o desenvolvimento numa perspectiva das associações, encontra as suas origens mesmo nos primórdios da humanidade, momentos estes que os seres humanos, sentiram a necessidade de sempre se associarem com vista a alcançar determinados objectivo que de forma individual seria quase que impossível. Nessa concepção as cooperativas eram um instrumento para a eliminação de intermediários entre o produtor e o consumidor, aumentando as margens de lucro dos produtores e diminuindo os preços finais para os consumidores. Assim, a cooperativa contribuiria para a emancipação dos trabalhadores. (Frantz, 2012).

No início do século XIX e metade do século XX cresceu o reconhecimento do papel das associações acompanhado por uma expansão pelo mundo, permitindo assim a sua universalização em alguns países. Os relatos registados nestes séculos dão o surgimento das primeiras associações de agricultores na Europa e tinham em vista promover o que denominavam de ajuda

mútua, que se manifestava através da compra colectiva de insumos agrícolas, acesso à terra e equipamentos básicos de produção (FILHO, 2006).

### **2.3. Associações em África**

Em África o modelo de organização de indivíduos em associações e cooperativas foi introduzido formalmente pelo regime colonial. Este período foi marcado pela existência de dois grandes grupos de organizações que engloba associações de colonos, de raça branca, como pleno gozo de direitos jurídicos, civis e políticos e amplo apoio do Estado. Outro, formado por indivíduos negros, abrangidos pelo estatuto indígena, sem mesmos direitos que a população colona e recebendo apoio do estado que consolida a divisão existente na sociedade colonial. (Adam, 1986).

Não obstante, as associações/cooperativas no continente africano surgiram formalmente no período colonial, tendo raízes profundas na vivência comunitária das populações africanas. As comunidades e famílias rurais desde muito adoptaram mecanismos e solidariedade social para minimizar os efeitos nefastos das calamidades naturais (cheias, secas, fome), guerras, as condições políticas de desenvolvimento e para fazer frente a escassez de mão-de-obra, de sementes e da inexistência de alimentos suficientes para as famílias. De acordo com este autor, sistemas de solidariedade social, inter-ajuda, empréstimos ou doação de alimentos entre famílias, vizinhos e amigos eram accionados em momentos críticos. A lógica da vivência comunitária não permitia que alguém com produtos no celeiro visse o seu vizinho ou conhecido a morrer de fome. Estas estratégias de sobrevivência e de ajuda-mútua, embora não institucionalizadas desempenham um papel fundamental para que as famílias rurais possam enfrentar os vários desafios que se colocam no seio da comunidade (Valá, 2002).

### **2.4. Associações em Moçambique**

Em Moçambique o desenvolvimento na vertente das associações encontra-se dividido em dois grandes períodos: o período colonial e o período pós-independência. A formação de uma associação de pequenos agricultores surgiu durante a realização do congresso operário de Maio de 1915, em que debateu os problemas da pequena agricultura, um ano depois fundou-se em Lourenço Marques uma associação de pequenos agricultores destinada a impulsionar os interesses agrícolas no distrito de Lourenço Marques especialmente no vale de Limpopo e de

Infulene. Nesta fase constituía a maior dificuldade dos agricultores era o acesso ao mercado (Rocha, 1991).

No período colonial as associações eram caracterizadas por diferentes factores separatistas tais como, diferença de princípios e de processos de aprovação dos estatutos segundo a cor da pele dos associados. Visto que numa vertente, existia um grupo de organizações que englobavam associações de colonos constituído por indivíduos de raça branca, com pleno gozo dos direitos jurídicos, civis e políticos e que nas suas actividades, contava com um amplo apoio do Estado, sobretudo o apoio financeiro. Na outra, um grupo de organizações, formadas por indivíduos negros abrangidos pelo estatuto indigenato que de certa forma não gozavam dos mesmos direitos do grupo anterior (Adam 1986 apud Naurire & Rocha 2007).

Para Sambo (2008) apesar das estratégias introduzidas no período colonial, as associações e cooperativas, não tinham como objectivo fundamental contribuir para a melhoria das condições de vida dos associados fundamentalmente negro, muito menos desenvolver o país, mas sim, visavam contribuir para acumulação de recursos e capital em benefício da metrópole, tais como, as companhias majestáticas e arrendatárias entre outras.

Antes da independência, todas as actividades humanitárias eram levadas a cabo por organizações que tinham relações com as Igrejas. Com a chegada da revolução, este trabalho era realizado pelo Governo que executava os programas no âmbito social, favorecido pela implementação dos princípios revolucionários, até aproximadamente os primeiros anos da década 80 (Grupo de Pesquisa de Moçambique, 1996).

Após a independência o governo mobilizou os camponeses a organizar-se em cooperativas que ocupavam machambas extensas e albergavam um número elevado de camponeses, estas machambas denominavam-se machambas Estatais. A grande responsabilidade pela criação e sobrevivência das cooperativas estava inicialmente ligada as actividades do governo. A maior parte das cooperativas estava fortemente dependente do Estado, não gozavam de uma estrutura de gestão consistente, o que teve repercussões negativas no seu rendimento, e tendo sido agravado com a guerra. É neste momento em que o Estado reconhece a necessidade da intervenção de diferentes actores no processo do desenvolvimento, dentre eles indivíduos,

associações e ONGs, liberando deste modo a iniciativa dos sectores sociais e individuais que ganhou uma dinâmica com a aprovação do decreto 8/91 de 18 de Junho de 1991 que preconiza que os indivíduos tem o direito de livre associação, criando deste modo condições para que as associações se oficializassem (Sitoi, 2013).

O governo pós-independência adoptou a criação dos movimentos das aldeias comunais, cooperativa de produção, como base as novas formas de desenvolvimento no âmbito da política de socialização do campo. Numa fase a posterior, nos meados da década de 80 com a introdução do PRE em 1987 o movimento associativo passou a estar a cargo das organizações internacionais. Nesta fase, a cooperativa passou a ser como uma unidade de produção e de adesão voluntária, de produção individual. Esta nova concertação de cooperativa é definida pelos europeus dispostos a ajudar a revitalização do movimento associativo em Moçambique (Van Vugt, 2002 *apud* Nguiraze, 2010).

No período pós-independência, sobretudo após a realização do III congresso do partido Frelimo em 1977, decidiu-se a nível do ministério da agricultura a criação do Gabinete de organização e desenvolvimento das cooperativas agrícolas (GODCA) em que o governo adoptou uma política de desenvolvimento assente na socialização do campo, pois o desenvolvimento rural seria promovido através da produção de forma colectiva, nas cooperativas. As cooperativas eram consideradas como sendo instituição caracterizada pela socialização da produção, dos meios de produção e da força de trabalho. O modelo apresentado para estas instituições era das cooperativas que se desenvolveram nas zonas libertadas pela Frelimo durante a luta de libertação nacional. (Mutemba, 1998 *apud* Pereira 2006).

Em 1988, depois de um longo período de programas de emergência, e favorecidas pela abertura do Governo, a maior parte das Instituições religiosas associaram-se ao trabalho humanitário realizado pelas organizações internacionais. Quase na mesma altura, grupos leigos começaram a organizar-se em moldes associativos dando uma contribuição aos programas sociais e de desenvolvimento em prol das comunidades de base. Em 1990, o Governo amadureceu a necessidade de reconhecimento do movimento associativo não somente para as questões de desenvolvimento, mas também para o processo de paz que estava correndo naquele momento, e convidou pela primeira vez os primeiros grupos associativos que operavam no País convidando-

os a colaborar e encontrar formas de oficializar as suas actividades. Foi o primeiro passo da parte do Governo em reconhecer as exigências de descentralizar os seus programas sociais (Grupo de Pesquisa de Moçambique, 1996).

Entretanto, com as mudanças ocorridas para a liberalização da economia e com a aprovação da lei das associações em 1991, muitas cooperativas agrícolas deixaram de existir algumas transformaram-se em associações tendo dividido a terra aos camponeses membros, ao mesmo tempo surgindo novas associações (Van Vugt, 2002).

#### **2.4.1. Quadro legal e institucional do associativismo em Moçambique**

A constituição da República no seu artigo 78 reconhece que as organizações sociais, como formas de associações com finalidades e interesses próprios, desempenham um papel de vital importância na promoção da democracia, na participação dos cidadãos na vida pública e constituem para a realização dos direitos e liberdade dos cidadãos, bem como para a elevação da consciência individual e colectiva no cumprimento dos deveres cívicos (República de Moçambique, 2004).

O direito à livre associação constitui uma garantia básica da realização pessoal dos indivíduos na vida em sociedade e está estabelecido no artigo 52 da constituição da república como uma das liberdades fundamentais dos cidadãos. O supracitado artigo preceitua que:

1. Os cidadãos gozam de liberdade de associação;
2. As organizações sociais e associativas tem o direito de prosseguir os seus fins, criar as instituições destinadas a alcançar os seus objectivos específicos e possuir património para a realização das suas actividades, nos termos da lei. A legislação aplicável é, para o caso das associações agrícolas, o Decreto-Lei no 2/2006 de 3 de Maio, aprovado pelo Conselho de Ministros. Este instrumento estabelece os termos e procedimentos para a constituição, reconhecimento e registo das associações agrárias. Estabelece ainda que podem ser membros das associações agrícolas os cidadãos maiores de 15 anos e que possuam idoneidade comunitária ou outra competência reconhecida pela comunidade em que o membro reside, sem prejuízo das regras aplicáveis do código civil (IBIDEM, 2004).

De acordo com VALÁ (2002), a legislação moçambicana sobre as associações é complexa para a situação concreta dos camponeses. O processo da constituição das associações é extremamente burocrático, moroso e oneroso, de tal forma que não se ajusta ao actual estágio de desenvolvimento do país, nem dos próprio produtores, de forma que estes possam cumprir o seu papel de dinamizador de iniciativas voluntárias em prol de desenvolvimento sócio económico. Em virtude da complexidade da matéria legislativa sobre as associações agrícolas, aliadas a fraca capacidade dos camponeses em domina-lo para o seu uso, tem havido necessidade de intervenção de certas instituições para apoiar os camponeses na sua organização colectiva.

#### **2.4.2. Características do sector agrário Moçambicano**

Para SITOIE (2005) o sector agrário moçambicano é constituído, essencialmente, pelo sector familiar, o que contrasta com a estrutura dualista que apresentam outros países. Esta falta de dualismo cria algumas dificuldades, mas também, apresenta uma oportunidade de promoção de uma estratégia de a favor dos menos favorecidos, enfatizando a necessidade de transformação do sector familiar. O maior potencial agrário do país não é ainda devidamente explorado. Além das infra-estruturas, há características e dinâmicas sociais e económicas que constroem ou impulsionam a capacidade de aproveitamento e desenvolvimento do potencial agrário.

Os elementos de dinâmica que devem ser considerados na análise do sector agrário em Moçambique incluem:

- O baixo uso de tecnologias melhoradas, incluindo sementes fertilizantes e pesticidas;
- As desigualdades no acesso e utilização da terra;
- A fraca concentração de infra-estruturas de rega nas zonas prioritárias;
- O fraco acesso aos mercados de insumos e factores;
- O fraco apoio financeiro aos produtores;
- A dispersão geográfica das zonas de produção de acordo com as zonas agro-ecológicas definidas, o que constitui um factor importante na definição de estratégias diferenciadas;
- Os baixos volumes de produção por indivíduo, o que requer uma função de acumulação que pode ser aproveitada através das associações de produtores.

## **2.5. Classificação das associações**

CAMPOS (1999) argumenta que uma maneira proveitosa de satisfazer a classificação de associações é de acordo com as suas actividades e finalidades específicas, agrupa-las de acordo com as necessidades sociais básicas que ajudam a satisfazer, contribuindo assim para um bem-estar geral. Segundo este critério podemos ter associações familiares, cujo objectivo e actividades estão orientadas para a satisfação das necessidades da vida familiar. Associações económicas, as que têm como finalidades principal a produção, a transformação, a distribuição dos bens materiais e a prestação de serviços necessário a manutenção da vida física das pessoas. A melhoria das condições de vida, procura de melhores rendimentos de garantia, estabilidade e segurança profissional. Fazem parte destas as associações agrícolas, as cooperativas. Neste tipo de associações a adesão e a participação dos indivíduos, a ligação dos membros entre si e ao grupo são movidas mais pela razão que pelo sentimento, sem prejuízo de com o tempo virem a entretecer-se laços afectivos e sentimentos de pertença sólidos. As associações agrícolas, o seu objectivo centra-se no âmbito das actividades agrícolas e ou de representação, defesa e promoção dos interesses socio-agrários, a produção, o transporte, a transformação e a comercialização dos produtos agrários, aprovisionamento de factores, a assistência técnica e prestação de serviços em geral.

## **2.6. Características das associações agrícolas**

As associações são uma realidade objectiva, que comporta uma estrutura social, normas ou regras de comportamento, relações recíprocas entre os membros, recursos próprios, determinados interesses e valores comuns e apresentam um carácter permanente no tempo. Deste modo, entende-se por associação agrícola um grupo social com as seguintes características particulares:

1. Os seus membros são profissionais da agricultura (em sentido amplo, compreendendo a agricultura propriamente dita, a pecuária e a silvicultura);
2. O seu objectivo situa no âmbito geral das actividades agrícolas e/ou de representação, defesa e promoção dos interesses sócio-agrários a produção, o transporte, a transformação e a comercialização dos produtos agrários; o aprovisionamento dos factores, a assistência técnica e a prestação de serviços em geral, incluindo o crédito, a dignificação, e valorização

profissional dos seus associados em ordem à melhoria dos rendimentos e à promoção dos direitos laborais (Veiga, 2000).

### **2.7. Associações e suas vantagens**

As associações permitem que seus associados atinjam objectivos maiores e de forma mais rápidos do que se estivessem trabalhando sozinhos, já que as pessoas desenvolvem o seu trabalho em equipa. Quando uma pessoa tem dificuldade para superar um problema, negociar uma compra ou administrar seu negócio, por exemplo, ela poderá contar com o apoio de outras pessoas da associação. O trabalho associações possibilita o crescimento pessoal e profissional, uma vez que, se houver interesse, as habilidades de uns podem ser aprendidas pelos outros, havendo uma troca de informação entre seus membros (CIELO *et al*, 2009).

De acordo com o mesmo autor, por meio das associações é possível ligar-se as cooperativas. Estas, por sua vez, propiciam negociar preços mais baixos das matérias-primas com os fornecedores, fazer a padronização da qualidade dos produtos finais, aumentarem o número de clientes, facilitar a distribuição dos produtos e sua divulgação na mídia, abrir novos mercados possibilitando a venda para outras cidades, Estados e mesmo países, facilidades de venda em feiras e promover cursos de capacitação, entre outras vantagens. Nas associações as pessoas trabalham como parte de uma estrutura facilitando o processo de encontrar soluções para os problemas que surgem em qualquer negócio e permitindo que mais ideias sejam discutidas na hora de criar, produzir, divulgar e auxiliar nas estratégias de venda.

### **2.8. As associações e sua Importância no Âmbito Rural**

Sendo assim, o papel desempenhado pelas associações, inclusive nas associações rurais, é de extrema importância, já que, elas acabam servindo de instrumento para o alcance de objectivos mútuos. Mas, particularizando as associações de pequenos produtores rurais, verificamos que, para os trabalhadores elas podem significar um acesso maior a bens e serviços, entretanto, para as grandes empresas, essas associações podem significar uma ameaça, devido, a introdução de novos intermediários políticos no meio rural ou mesmo pelas suas bandeiras de luta e meios de mobilização. (COSTA & RIBEIRO, 1999).

As associações agrícolas servem como um instrumento de luta para os pequenos produtores, podendo proporcionar a permanência na terra, elevação do nível de renda e a participação como cidadãos. Uma associação não é somente uma organização de pessoas com objectivos comuns, mas sim uma organização mais complexa com objectivos também de carácter social, desempenhando importantes e complexas funções por meio de estatutos e regimentos. (RICCIARDI & LEMOS apud PEDROSO, 2006).

A união dos pequenos produtores em associações torna possível a aquisição de insumos, máquinas e equipamentos com menores preços e melhores prazos de pagamento, reúnem esforços em torno de benefícios compartilhando os custos e obtendo facilidades a assistência técnica, tecnologias e capacitação profissional. Assim, a actuação por meio das associações permite aos produtores participantes tornar mínimas as dificuldades no meio rural, que são iguais ou semelhantes a todos, e propiciando assim um melhor desempenho para competir no mercado (MAPA, *apud* KUNZLER, 2009).

## **2.9. O papel das associações agrícolas no desenvolvimento local**

De acordo com Sioi (2013), a associação enquanto uma organização desempenha um papel relevante, pois permite o desenvolvimento das relações sociais. Através do estabelecimento de redes sociais de solidariedade, interconhecimento, reciprocidade entre os membros, muito mais que isso nas relações entre os membros prevê-se o reforço das condições económicas e aumento das oportunidades que a associação proporciona a vida dos seus membros. Ela constitui uma alternativa para a sobrevivência de seus membros, pois é lá que os filiados encontram apoio financeiro como social para fazer face as dificuldades enfrentadas no dia-a-dia. Neste caso em específicos, estas condições económicas e aumento da oportunidade não se verificam na sua maioria, mas sim, podemos notar algumas mudanças na vida dos membros que, para eles, têm a ver com a capacidade de prover as necessidades básicas.

Arruda *apud* Frantz(2002) salienta que a via de organizar os agricultores familiares em associações fomenta um debate permeado de pontos e contrapontos onde o diálogo abre caminho para a reconstrução, para o desenvolvimento através da diversidade do conjunto de talentos, capacidades, competências que constituem a singularidade e a criatividade de cada um. O método

é colocá-los em comum, buscando construir laços solidários de colaboração no interior da comunidade, de modo a desenvolver quanto possível os talentos, capacidades e competências.

Para CANTERLE (2004), as associações instrumentalizam os mecanismos que concretizam as demandas sociais e que tornam os homens mais próximos da busca de autonomia na promoção do desenvolvimento local. Desta forma, cria um tecido flexível mediante o qual se enlaçam distintos actores, produzindo um todo harmónico que culmina no estabelecimento de uma comunidade de interesses, em uma estrutura que deve ser ajustada para reflectir os padrões de comunicações, inter-relações e cooperação, reforçando a dimensão humana. O autor também sublinha que as discussões teóricas estabelecidas sobre a importância das associações no desenvolvimento local evidenciam que em primeiro lugar, o desenvolvimento deve atingir o ser humano. O indivíduo é o centro de todo o desenvolvimento, ele é quem busca meios, caminhos que possam levá-lo a conquistar a melhoria das condições de sua vida e da sociedade, primeira condição, para se atingir o desenvolvimento social e conseqüentemente, o local. Pois, o desenvolvimento local só pode ocorrer mediante a emergência da sustentabilidade do ser humano e do meio ambiente que está inserido.

O processo do desenvolvimento local permite levantar a hipótese da ampliação da dimensão humana da economia pela maior identidade dos seus agentes (FRANTZ, 2002).

As associações agrícolas revelam-se de crucial importância pelo papel que esta actividade desempenha no fomento da economia e conseqüentemente na melhoria do nível de vida das comunidades locais. O autor defende que as cooperativas e associações agrárias são chamadas a desenvolver um papel preponderante na promoção da economia local e no desenvolvimento como é o caso de Moçambique (FERRINHOS, 1997).

As associações agrárias têm um papel preponderante no desenvolvimento local, solucionando problemas sociais e económicos que os produtores enfrentam no país. Elas são chamadas a não interessar-se apenas pelos problemas dos seus membros mas também das comunidades em que se inserem e fazem parceria com outros agentes que actuam a nível local, procuram respostas para as chamadas locais dos indivíduos (CAMPOS, 1999).

As associações agrícolas servem como um instrumento de luta para os pequenos produtores, podendo proporcionar a permanência na terra, elevação do nível de renda e a participação como cidadãos. Uma associação não é somente uma organização de pessoas com objectivos comuns, mas sim uma organização mais complexa com objectivos também de carácter social, desempenhando importantes e complexas funções por meio de estatutos e regimentos. (RICCIARDI & LEMOS apud PEDROSO, 2006).

SUPE (1999), diz que as associações de camponeses contribuem para a segurança alimentar dos membros, fazendo com que os bens disponíveis sejam comercializados. Pela sua natureza particularmente e como regra as associações de camponeses dispõem de um estatuto jurídico próprio, conferido por legislação específica, ou então enquadram-se num determinado código civil sobre organizações.

#### **2.10. Associações agrícolas como estratégia de desenvolvimento local**

Na concepção de Frantz (2002), potencialmente as associações dos agricultores contêm o desenvolvimento local. A associação expressa uma relação dinâmica, uma relação em movimento, em direcção a um lugar melhor pela cooperação. O desenvolvimento é um processo também fundado em relações sociais associativas, das quais podem nascer formas cooperativas. Ainda o mesmo autor considera que se desenvolver não significa seguir um rumo previamente inscrito na vida social, mas exige a construção das próprias condições dessa vida social pela acção dos homens. No processo do desenvolvimento local é imprescindível o reconhecimento da multiplicidade e diversidade das potencialidades humanas. De qualquer modo, para que o movimento associativo possa alcançar seus objectivos, para que possam ajudar verdadeiramente no processo de desenvolvimento local, precisa de mais apoios, precisa de mais e novas parcerias; só terá frutos, ou seja, a associação só será benéfica se houver a participação de todos, sem excepção pela cor da pele, ideologia política, crença religiosa ou outro argumento qualquer.

Segundo FRANCO (2002), a insuficiência de desenvolvimento exige nova concepção encontrada nas propostas de desenvolvimento local, visto que nos dias de hoje, a estratégia que tem-se firmado no combate à pobreza é aquela que procura induzir, de forma integrada, o desenvolvimento local. Desta forma, fica evidente nestas reflexões o surgimento de paradigma capaz de produzir agenda social renovada, actualizada com os rumos da humanidade, que invista

simultaneamente em todos os factores de desenvolvimento e não apenas no crescimento económico.

O desenvolvimento local está associado normalmente às iniciativas inovadoras e mobilizadoras da colectividade, articulando as potencialidades locais nas condições dadas pelo contexto. As comunidades procuram utilizar suas características específicas e suas qualidades superiores e se especializar nos campos em que têm uma vantagem comparativa com relação às outras regiões (HAVERI *apud* BUARQUE, 1999).

As estratégias e as iniciativas de desenvolvimento local propõem-se a estimular a diversificação da base económica local, favorecendo o surgimento e a expansão das associações agrícolas. As economias locais e regionais crescem quando se difundem as inovações e o conhecimento entre as associações e as sociedades. Compreende-se sociedades como um actor inteligente, que pode provocar transformações e não apenas um suporte dos recursos e actividades económicas. O desenvolvimento local é um processo de crescimento económico e de mudanças de paradigmas, liderado pela comunidade local ao utilizar seus activos e suas potencialidades, buscando a melhoria da qualidade de vida da população (ZAPATA, 2001& CAMPOS, 2003).

## **CAPÍTULO III - METODOLOGIA**

### **3.1. Descrição da área de estudo**

#### **3.1.1. Características do distrito de Mabote**

##### **Localização geográfica**

O distrito de Mabote está localizado na parte noroeste da província de Inhambane, sendo separado das províncias de Manica e de Sofala a norte pelo rio Save, a Oeste faz fronteira com a província de Gaza, a Este com os distritos de Govuro e Inhassoro e a sul o distrito de Funhalouro. O distrito não possui nenhum rio no seu interior, mas o rio Save atravessa o distrito no seu extremo norte, fazendo limite com a província de Manica. As lagoas são periódicas, sendo a lagoa de Banamana a mais extensa. O distrito tem ligação rodoviária operacional com a EN1 e, por esta via, com a cidade de Inhambane bem como com outros distritos desta província e de Gaza (INE, 2007).

##### **Historial e estatística**

Mabote foi inicialmente povoado de Zimane na década 30. Entre 1930 a 1933 foi transferido de Zimane para Mabote, como Posto Administrativo pertencente a circunscrição de Vilanculos.

As razões da sua transferência se circunscrevem de diferente maneira, sendo uma das razões o facto de Mabote ser centro das povoações de Gumane, Tome, Murrambe e Manganhe que servia de alavanca de colheita de imposto para Vilanculos. Mabote na altura era constituída por 2 régulos a saber: Regulo Chichongue e Regulo Mabuguene. E possui 04 postos comerciais Mabote-Sede, Tessolo, Covane e Djofane. O nome Mabote, provém da palavra “bota”, em xitsua, que significa panela fabricada com base no ferro fundido. Diz-se que a quando da movimentação dos guerreiros de Ngungunhane do sul para o centro de Moçambique, estes acamparam na zona que neste momento é a sede do distrito e utilizaram “bota” (panela) para cozinharem a comida. Devido ao tamanho da “bota” (panela) utilizada, a partir daquela data, a população residente passou a designar a região onde os guerreiros haviam acampado por “bota”. Com a chegada dos portugueses, a área geográfica daquele distrito passou a chamar “bota”. A população é maioritariamente de etnia Tswa, sendo o Chitsua a língua predominante, com influência do Changana em algumas localidades limítrofes com a província de Gaza. Os cereais, verduras cultivadas e espontâneas e a carne de animais domésticos constituem a base de alimentação.

O Distrito possui 06 locais históricos registados e divulgados, nomeadamente: kondzo wa khubsanhane-Maloca, Mata sagrada de Mussengue, Xiliga-Chichongue, Árvore Sagrada e Xipelupeluie de Mabote Sede, Ruina de Maholova Macuacua (INE, 2007).

Segundo censo geral da população e habitação de 2007, o distrito tem 44.733 habitantes, com uma densidade populacional de 3,07 hab/km<sup>2</sup>. A população está distribuída de forma irregular ao longo da extensão territorial do Distrito, sendo 50,8% no Posto Administrativo de Mabote Sede, 33,7% no Posto Administrativo de Zinave e 15,5% no Posto Administrativo de Zimane (INE, 2007).

### **3.1.2. Características Edafoclimáticas**

#### **Clima**

O clima do distrito é semi-árido e seco com uma estação de chuvas de 3 a 4 meses e outra estação seca de 6 a 8 meses, sem chuvas. Mabote faz parte da região que só apresenta uma estação seca distinta. O clima do distrito corresponde a variabilidade do padrão de precipitação em que a chuva diminui significativamente a medida que se parte da costa em direcção ao interior. O distrito é propenso às calamidades naturais tais como secas e cheias (PEDD II, 2011).

#### **Vegetação e relevo**

A vegetação predominante é a de florestas abertas e mancha de savana distribuída de acordo com as características específicas de cada zona. As florestas são maioritariamente constituídas de Mécusse, Mondzo, Micaia e outras espécies de interesse económico para o Distrito. O relevo é plano.

#### **Culturas**

O Distrito apresenta maioritariamente solos franco - argilosos, férteis e com alta capacidade de retenção de humidade. As principais culturas de destaque são: Cajueiro, Amendoim, Mexoeira, Mapira, Feijão nhemba e Milho. As culturas são potencialmente produzidas segundo a distribuição:

- Cajú - todo distrito;
- Amendoim - Papatane, Macuacua, Maculuve, Mussengue, Chitanga, Tsumbo e Mabote-Sede;
- Milho - Macuacua, Chitanga, Mussengue e Zinave;

- Mapira - Chitanga, Mussengue, Covane, Macuacua, Mabote-Sede e Zimane;
- Mexoeira - Todo Distrito;
- Feijão nhemba - Todo distrito;
- Algodão - Papatane, Mussengue, Gubogubo, Mangalaze, Tsumbo, Massinguile.

### **3.1.3. Características do grupo alvo**

#### **Associações**

De acordo com os Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAE) as associações agrícolas localizadas no distrito de Mabote dedicam-se à produção, processamento e comercialização de produtos agrários abundantes no distrito como é o caso do cajú, mandioca e milho, bem como a criação do gado caprino, suíno e bovino. As actividades das associações agrícolas são feitas predominantemente em condições de sequeiro, com alto risco. Não existem infra-estruturas de regadios disponíveis para a produção agrícola nesse distrito. As associações locais enfrentam diversos constrangimentos ligados à usurpação e perda da terra, falta de chuvas da qual depende a produção das associações e falta de mercado para seus produtos em épocas de colheita.

#### **Técnicas de colecta de dados**

A pesquisa bibliográfica (ou de fontes secundárias) é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos e tem a vantagem de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenómenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar directamente (Gil, 2008). Portanto, a pesquisa foi baseada na consulta de livros, relatórios, e artigos electrónicos que permitiram conhecer as diferentes contribuições científicas relacionadas com o associativismo agrário e o desenvolvimento local.

A recolha de dados às associações junto com os extensionistas locais foi feita durante 18 dias úteis no departamento de INCAJU dos Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAE). Recolheu se dados relacionados com as actividades desenvolvidas pelas associações, os constrangimentos enfrentados durante a execução das suas actividades e os benefícios que as suas actividades trazem para os associados e as suas famílias bem como para a sociedade.

Para a realização do trabalho foi necessário o uso de técnicas e processos geralmente usados para formular e resolver problemas de aquisição exploratória do conhecimento de maneira sistemática, pois, permitem uso de ferramentas científicas para a superação das limitações individuais em análises de pesquisas (BARROS, 2000). Para tal, a pesquisa segue o seguinte delineamento:

**Estudo de campo:** consistiu na observação de factos tal como eles ocorrem, na colecta de dados e no registo de variáveis presumivelmente relevantes para posteriores análises. Desta feita o estudo do campo foi possível por meio das seguintes técnicas de colecta de dados.

**Observação directa** foi uma das técnicas de pesquisa que me permitiu realizar constantes visitas ao terreno que pretendia estudar. Essa técnica permitiu observar as actividades realizadas nas associações e seu envolvimento na sociedade, bem como os hábitos e costumes locais. Segundo Gil (2006) a observação directa consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, grupo ou de uma determinada situação. Neste caso, o observador assume pelo menos até um certo ponto, o papel de um membro do grupo.

**Entrevistas semi-estruturadas:** consistiu num diálogo com objectivo de colher informações relevantes para a pesquisa em andamento. Na presente pesquisa optou-se pela entrevista semi-estruturada ao extensionista na área das associações e ao representante do sector do INCAJU através de um formulário no qual constam perguntas abertas e fechadas.

**Questionário:** foi elaborado um instrumento de colecta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas sistemáticas e sequencialmente dispostas em itens que constituem o tema da pesquisa. O questionário está composto por questões directas e facilmente quantificáveis, e direccionado aos representantes das associações.

#### **3.1.4. Análise de dados**

**Método qualitativo e quantitativo:** segundo Richardson *et al* 1999 *apud* Lakatos (2010) a metodologia qualitativa consiste em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamentos. Enquanto a metodologia quantitativa caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de colecta de informações quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais complexas como coeficiente de correlação, análise de regressão e as mais simples como média, percentagens, tabelas e gráficos.

O método qualitativo permitiu análise de dados qualitativos (abordagem interpretativa) como é caso das acções ou práticas que o governo local tem desenvolvido para promover as associações agrícolas no distrito, as acções desenvolvidas para garantir a boa saúde por parte do associado e da sua família, e a avaliação do nível de desempenho dos órgãos directivos pelos associados, as estratégias ou práticas realizadas para que os associados conheçam melhor as regras gerais das associações e os constrangimentos verificados no âmbito social e económico. O método quantitativo permitiu análise de dados quantificáveis relacionados com o número dos membros em cada associação (o número de homens e de mulheres), a renda mensal por associado e o número de crianças ingressadas à escola com base na renda auferida. O uso do método qualitativo nesta pesquisa facilitou a análise de informações relacionadas à área social e o método quantitativo facilitou análise de informações do âmbito económico.

#### **3.1.5. Amostra da pesquisa**

Na pesquisa social são utilizados diversos tipos de amostragem, que podem ser classificados em dois grandes grupos: amostragem probabilística e não probabilística (António Carlos Gil, 2008).

Para a selecção de elementos para a composição da amostra foi usado o método de amostragem não probabilística por conveniência ou acessibilidade. Segundo Gil (1999), na amostra por conveniência o pesquisador selecciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo, mas existindo um procedimento de selecção dos elementos da população segundo critérios estabelecidos pelo pesquisador. Entretanto, a amostra foi constituída por 18 membros da Associação das Mulheres de Mabote para o

Desenvolvimento e 15 da associação Tsembeca. Para seleccionar esta amostra privilegiou-se associados maiores de 18 anos de idade, dentre eles homens e mulheres.

### **3.1.6. Limitações do estudo**

Durante a realização do estudo, constatou-se os seguintes constrangimentos: dificuldade de prestar entrevista por estas serem realizadas no período de preparação para transição do ano, os associados se ocupavam nos preparativos da quadra festiva. E também por ser época da sementeira em que muita das vezes os associados trabalhavam nas machambas familiares.

A falta da informação escrita sobre o funcionamento das actividades desenvolvidas pelas associações em que foi feita a pesquisa e a ausência dos chefes dos bairros que poderiam fornecer informação mais abrangente sobre o contributo das associações na comunidade.

Outro constrangimento encontrado no terreno foi a avaria de maior parte dos meios de transporte dos Serviços Distritais de Actividades Económicas dificultando no deslocamento ao terreno para a realização do trabalho.

## **CAPÍTULO IV - RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **4.1. Principais actividades desenvolvidas pelas associações Tsembeca e AMUMAD**

#### **4.1.1. Associação Tsembeca**

A associação Tsembeca foi fundada em 2007 e tem a sua sede no bairro de 3 de Fevereiro em Mabote sede. Conta actualmente com 29 membros, sendo 4 homens e 25 mulheres. O objectivo principal é unir a população local para acabar com a pobreza no seio das suas famílias.

Até então a associação contou com o apoio da KULIMA que financiou a construção e apetrechamento de um armazém e escritório, o GTZ, financiou a construção de um forno para processamento de castanhas de caju e material de produção de passas de cajú, a DPS em colaboração com CS apoiou em uniforme e equipamento de trabalho.

Também teve apoio do INCAJU na capacitação dos seus membros em matéria de produção de passas de caju e em matéria de gestão e liderança.

A associação Tsembeca possui estatuto aprovado e publicado no Boletim da Republica, pelo que ela é reconhecida juridicamente como uma entidade com personalidade própria, o que lhe facilita assinar acordos com várias instituições interessadas em apoiar.

A associação Tsembeca dedica-se a produção, compra e processamento de castanha e polpa de cajú para a venda. Com base na polpa de cajú, os associados produzem bebida tradicional e passas para à venda. Em 2012 começou a criar gado bovino e caprino, sendo o distrito uma potência nacional na criação do gado bovino.

#### **São objectivos da associação:**

- Aumentar a produção, a transformação, a distribuição dos produtos agrários;
- Melhorar as condições de vida, procura de melhores rendimentos de garantia e segurança profissional;
- Promover a igualdade no acesso e utilização da terra;
- Aumentar o acesso à educação para toda família.

#### **4.1.2. Associação AMUMAD**

A associação AMUMAD (Associação das Mulheres de Mabote em Desenvolvimento) foi fundada em 2004 e tem a sua sede no bairro de 3 de Fevereiro em Mabote sede. Conta actualmente com 44 membros, sendo 3 homens e 41 mulheres. A associação foi fundada com intuito de acabar com a pobreza absoluta dos agricultores locais.

Nessa altura, a associação contou com o apoio da KULIMA que financiou a construção e apetrechamento de um armazém e escritório, INCAJU financiou a construção de um alpendre e duas casas de banhos, IRD financiou a construção de um forno para processamento de castanhas de caju, e apoio da DPS em uniforme e todo equipamento de trabalho.

Em 2008 a associação assinou um memorando com INCAJU, no sentido desta ministrar aulas de capacitação em matéria passas de caju, em matéria do associativismo e de gestão e liderança.

A associação AMUMAD possui estatuto aprovado e publicado no Boletim da Republica, pelo que ela é reconhecida juridicamente como uma entidade com personalidade própria, o que lhe facilita assinar acordos com várias instituições interessadas em apoiar.

A associação AMUMAD dedica-se a produção, compra e processamento de castanha e polpa de cajú para a venda. A partir do pedúnculo de cajú, os associados produzem bebida tradicional e passas para à venda.

Em parceria com a DPS, os associados tem feito visitas domiciliaries aos doentes crónicos nas unidades sanitárias locais.

#### **São objectivos da associação:**

- Aumentar os níveis de produção e produtividade através da introdução de tecnologias melhoradas;
- Melhorar as condições de vida dos seus membros e da população local através de fornecimento de produtos agrários de qualidade;
- Aumentar o acesso à educação para toda família;
- Fortalecer os laços associativos entre os seus membros;
- Diversificar e diferenciar as actividades desenvolvidas pela associação de forma a aumentar o rendimento por associado.

## **4.2. Principais constrangimentos sociais e económicos que afectam as associações**

Segundo o Plano Director do Caju (2001), os principais constrangimentos verificados do sector do caju são:

### **Na produção**

- Insuficiência da produção nacional de castanha de caju em Quantidade e Qualidade;
- Falta de variedades melhoradas apropriadas;
- Baixa produtividade devido às doenças, especialmente Oídio;
- Falta de incentivos suficientes para investir no melhoramento de cajueiros existentes ou novos plantios;
- Falta de serviços adequados de extensão e crédito;
- Falta de rede comercial de insumos.

### **No processamento**

- Insuficiência da produção da castanha;
- Baixo rendimento em termos de teor da amêndoa;
- Contínua degradação da qualidade da castanha nacional;
- Custos de infra-estrutura demasiado elevados;
- Incapacidade (preço) de competir com os exportadores, de modo a produzir ao nível do ponto crítico de vendas;
- Lei de trabalho não flexível;
- Impostos elevados na importação de materiais, particularmente os de embalagem;
- Elevada obsolescência técnica e tecnológica.

### **Comercialização**

- Sistema de comercialização desregrado, anárquico;
- Ausência de um sistema básico de normação e qualidade;
- Ausência/deficiente cultura de contratos entre os intervenientes;
- Falta/insuficiência de financiamento;
- Fraco (quantidade) movimento associativo;
- Deficientes práticas agro-técnicas e de manuseio pós-colheita;
- Insuficiência/deficiência de infra-estruturas;

- Circuito longo de distribuição, resultando em reduzidas margens de comercialização.

Segundo os associados entrevistados, os principais constrangimentos apontados no processo da realização das suas actividades são os seguintes:

#### **No âmbito social**

- Invasão dos campos por parte do gado bovino e caprino;
- Maior índice de proliferação de pragas e doenças durante a produção e armazenamento;
- Maior frequência de roubos de castanha de cajú nas machambas;
- Perda de qualidade durante o armazenamento;
- A queda irregular das chuvas, visto que afecta o nível de produção de cajú;
- Falta de informações sobre os factores determinantes da qualidade das castanhas.

#### **No âmbito económico**

- Dificuldades financeiras na aquisição das embalagens (frascos) e para promover do produto;
- Insuficiência de mudas para repor os cajueiros que não reproduz;
- Queda no preço de mercado;
- Falta de capacidade financeira para comprar grandes quantidades de matéria-prima para assegurar a continuidade da actividade de processamento durante todo o ano.

De acordo com o responsável do INCAJU, o seu sector intervêm efectivamente nas actividades das associações Tsembeça e AMUMAD através de capacitação dos seus membros em matéria de gestão de riscos. Também faz assistência técnica durante todo o processo de execução das actividades associativas. O responsável da INCAJU também referiu que o desenvolvimento das actividades associativas é inclusivamente útil para a economia local e é objectivo estratégico do sector do INCAJU por força da sua mobilidade na contribuição para o aumento da produção e melhoramento da renda dos camponeses.

### **4.3. Contributo sócio-económico das associações Tsembeça e AMUMAD na melhoria do bem-estar dos associados e da sociedade em geral**

De acordo com Beaudoux e Nieuwerk (1985), as associações permitem alcançar ganhos socioeconómicos que por sua vez contribuem para o bem-estar individual e familiar em particular e da sociedade em geral, facto que seria de difícil o seu alcance a título individual.

De acordo com a senhora Marta Francisco Milane, presidente da associação AMUMAD: “ O ganho obtido na Associação das Mulheres de Mabote para o Desenvolvimento não se limita apenas em termos numéricos (renda auferida pelos associados), mas também em termos novos saberes e novas informações (capacitação dos associados em matéria de gestão e liderança, e produção de derivados de cajú”.

De acordo com o extensionista local, as associações Tsembeça e AMUMAD têm um forte papel a desempenhar ao processar a castanha de cajú na medida em que como utilizadoras finais do produto estão no lugar privilegiado de definir as características qualitativas do produto no mercado do cajú e são o principal parceiro do produtor familiar na medida em que outra parcela do cajú processado é adquirida nessas famílias. O processamento do caju transfere rendimentos para as zonas rurais, cria valor acrescentado e gera emprego, dinamiza a vida socioeconómica.

Segundo Frantz (2002) as actividades associativas são vistas como alternativa de sustentabilidade social e a força estratégica capaz de melhorar as condições locais de vida das pessoas e de uma população, sob todas as suas dimensões.

Segundo a senhora Maria Manuel Neves, membro da associação Tsembeça “A associação beneficia o produtor familiar ao comprar directamente no produtor e pagando um preço justo. A associação Tsembeça usa sistemas de mão-de-obra intensiva e gerando empregos ao nível local, dá alternativa de emprego a parte dos membros dos agregados familiares”.

#### **4.3.1. Educação**

A Educação constitui um dos sectores chave do plano de acção do Governo para a redução da pobreza absoluta. Com efeito, apenas uma população bem formada e competente poderá, efectivamente, participar na vida plena da sociedade. Os benefícios da Educação, sobretudo da rapariga, vão para além do indivíduo em particular e têm um enorme efeito multiplicador para toda a sociedade na esfera social, económica e de participação na vida política da comunidade (Plano Tecnológico de Educação, 2011).

Ganança (2006) destaca que as associações contribuem para o fortalecimento da democracia, visto que possibilita a agregação de interesses individuais permitindo a educação dos cidadãos e cidadãs para a prática e o convívio democráticos.

Foram entrevistados 33 membros das duas associações dos quais 87.9 % disseram que com base na renda auferida conseguem ingressar seus filhos à escola. Constataram que até então conseguiram ingressar 103 educandos, dos quais 63 estão a frequentar ensino primário, 22 no ensino básico, 16 no ensino médio e 2 no ensino superior.

Para melhorar a prática e controlo das suas actividades, os associados beneficiaram-se de capacitação em matéria de produção de passas de caju e de gestão e liderança. Os associados entrevistados salientaram também que os rendimentos que auferem na associação têm ajudado muito na educação dos membros das suas famílias comprando uniforme e todo material escolar necessário.

#### **4.3.2. Saúde**

Para que haja desenvolvimento, então, os indivíduos devem ter como satisfazer suas necessidades. Isto implica em medir, por meio de indicador, o acesso à saúde, educação, condições de moradia, água, entre outros (CHIASSON, 2003).

Os trinta e três (33) associados entrevistados deram conta que através da renda auferida conseguem melhorar as condições de vida e do bem-estar das famílias dos membros, garantindo a segurança e dieta alimentar bem como no acesso há serviços básicos sociais como a assistência médica e medicamentosa.

Ajunta nas campanhas feitas pelas unidades sanitárias locais para a vacinação e outras actividades de prevenção das doenças como malária, cólera, tuberculose e o consumo de drogas.

De acordo com a senhora Luzita Simão Combe, membro da Associação Tsembeça: “ Com base na renda que ganha na associação sendo chefe da família, consegue levar os seus filhos para hospital e pagar os serviços médicos (se necessário) e garantir alimentação condigna para toda família”.

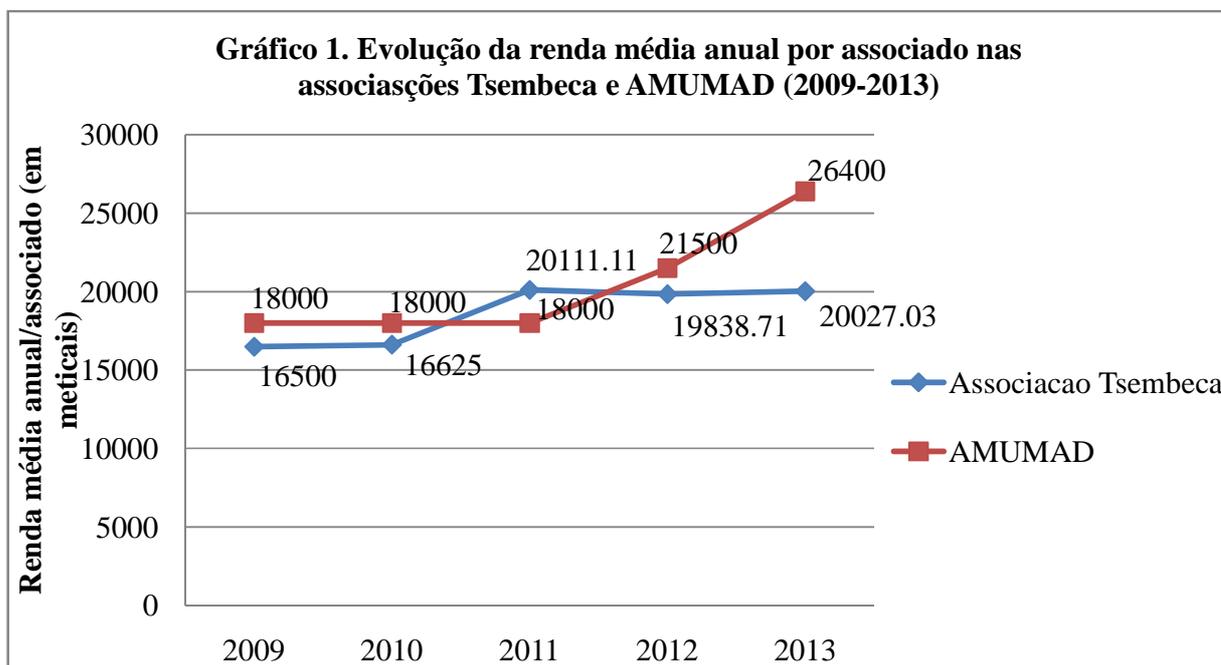
#### **4.3.3. Número de associados por sexo nas associações Tsembeça e AMUMAD, no período de 2009 a 2013**

O número de membros da Associação Tsembeça e da Associação das Mulheres de Mabote para o Desenvolvimento aumentam durante todo o período de 2009 a 2013. Dos 34 membros em 2009 até 2013 já existiam 60 membros equivalendo um aumento percentual de 55,88. Nota-se que em 2009 as duas associações não contavam com nenhum homem como membro mas até 2013 existiam 7 homens, dos quais 4 da associação Tsembeça e 3 da AMUMAD.

Para o responsável do sector do INCAJU, estas associações contribuem no empoderamento das mulheres na economia do distrito através do desenvolvimento de algumas iniciativas socioeconómicas endógenas e exógenas, analisando especificamente como as mulheres aproveitam as oportunidades existentes para melhorar o seu bem-estar no contexto da sociedade em que vivem, criando variadas actividades geradoras de rendimento com o fim de providenciar as suas necessidades e o seu bem-estar e deste modo promover também a economia local.

#### **4.3.4. Renda média anual dos membros da associação Tsembeça e AMUMAD**

De acordo com as presidentes da associações Tsembeça e AMUMAD, os trabalhos realizados dentro das associações proporcionam auto-emprego a população local e aumenta a segurança alimentar das famílias camponesas pese embora os rendimentos não são estáveis ao longo do ano.



Fonte: Adaptado pelo autor com base nos dados colectados

O gráfico acima mostra a evolução da renda média anual auferida pelos membros da associação Tsembeça e AMUMAD no período de 2009 a 2013. Porém, os dados mostram uma tendência crescente de evolução da renda média anual auferida pelos membros da associação AMUMAD durante todo período em análise e os rendimentos médios da associação Tsembeça decresceram no período de 2012. A taxa média da evolução da renda média anual da associação Tsembeça entre 2009-2013 foi de cerca de 5.33% contra 10.6 % da AMUMAD. Na associação Tsembeça grande parte desta evolução concentrou-se no período de 2010-2011 e de 2012-2013 na AMUMAD 2.111,11 e 4.900,00 meticais respectivamente.

De acordo com os membros entrevistados, o aumento da renda média anual por associado está associado a vários factores como aquisição de uma máquina quebra-nozes que veio aumentar a capacidade de processamento de castanha, a prática de outras actividades como processamento do pedúnculo (além da castanha) e os novos saberes, informações e conhecimento sobre gestão dos seus recursos.

## **CAPÍTULO V - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**

### **5.1. Conclusões**

Feita a análise em torno do contributo sócio-económico das associações agrícolas no processo de desenvolvimento local tomando como foco de análise a Associação Tsembeca e Associação das Mulheres de Mabote em Desenvolvimento, foi possível chegara a algumas considerações finais:

Os resultados mostram que existem várias actividades praticadas pelas associações Tsembeca e AMUMAD: a produção, processamento e venda de castanha de cajú e seus derivados, e a criação de gado bovino e caprino.

Durante a realização das actividades os associados tem-se deparado com vários constrangimentos sociais e económicos tais como: invasão das machambas por parte do gado bovino e caprino, maior índice de proliferação de pragas e doenças durante a produção e armazenamento, maior frequência de roubos de castanha de cajú nas machambas, a queda irregular das chuvas, falta de informações sobre os factores determinantes da qualidade das castanhas, dificuldades financeiras na aquisição das embalagens (frascos), insuficiência de mudas para repor os cajueiros que não reproduzem, queda no preço de mercado e a falta de capacidade financeira para comprar grandes quantidades de matéria-prima para assegurar a continuidade da actividade de processamento durante todo o ano.

No âmbito social e económico verificou-se que as associações agrícolas locais têm desenvolvido várias acções para melhoria da condição de vida na comunidade, tais como as palestras sobre a prevenção das doenças como malária, cólera, tuberculose e o consumo de drogas, bem como as visitas domiciliárias feitas aos doentes crónicos nos centros de saúdes locais. Outras acções estão relacionadas com aumento da disponibilidade à educação escolar e aos cuidados primários de saúde, motivação à população local para a criação de auto-emprego e o incremento das actividades associativas que tem aumentado a renda familiar.

No que diz respeito ao contributo sócio-económico em relação a associação Tsembeca e AMUMAD, a Associação das Mulheres de Mabote para o Desenvolvimento garante melhores rendimentos médios anuais para seus membros em relação a Tsembeca, que variam de 18.000,00 a 26.400,00 meticais e 16.500,00 a 20.027,03 meticais respectivamente, com uma evolução

percentual de 10,6 e 5,33 respectivamente durante os 5 anos. Até 2013 a associação Tsembeça contava com 37 membros contra os 23 da AMUMAD.

No que se refere ao contributo socioeconómico das associações agrícolas no desenvolvimento local, verificou-se que as mesmas desempenham um papel preponderante sobretudo no que diz respeito à educação e serviços médicos para seus associados e suas famílias. Facilitaram a integração das ONGs na comunidade como é o caso da Kulima, GTZ, DPS e INCAJU, permitindo a dinâmica das actividades económicas, sociais, culturais e educativas no seio da comunidade.

O desenvolvimento local foi assumido nessa pesquisa, como uma transformação nas bases económicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas, para aumentar emprego, a renda e as formas de riqueza das populações locais.

As associações Tsembeça e AMUMAD albergam menor número dos agricultores locais e criam rendimentos instáveis ao longo do ano.

Deste modo, é confirmada a nossa hipótese, segundo a qual:

Na perspectiva socioeconómica, as associações agrícolas do distrito de Mabote não contribuem de forma significativa na promoção de desenvolvimento local.

## **5.2. Recomendações**

- As associações agrícolas devem produzir relatórios para facilitar o controlo das suas actividades;
- Os membros das associações agrícolas devem participar activamente nas actividades associativas e resolver abertamente os seus problemas;
- O governo e as ONGs devem promover a capacitação dos membros das associações agrícolas em matéria de desenvolvimento local;
- O governo deve promover a participação das associações agrícolas nas acções ligadas ao desenvolvimento do distrito;
- O governo em conexão com associações deve promover a criação de feiras agrícolas;
- O governo e o privado devem criar formas de envolverem-se activamente nas associações agrícolas para a melhoria das condições de vida dos associados bem como para o desenvolvimento local;

- Os extensionistas devem conviver com membros das associações agrícolas de forma a conhecer melhor os problemas existentes no seio das associações
- Os extensionistas devem procurar mecanismos para persuadir os membros das associações agrícolas no sentido de participarem nos programas ligados ao desenvolvimento local.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: Editora da UFGRS, 2003.
- ADAM, Yussuf. *Cooperativismo em Moçambique e modificação da relação de produção no período colonial*. Tese de licenciatura. UEM, Maputo. CEA/UEM. 1986.
- Beaudaux, E. e Nieuwkerk, M. *Associações camponesas em África*, Lisboa, 1985.
- BUARQUE, Sérgio C. *Construindo o desenvolvimento local sustentável*. Metodologia de planeamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- CAMPOS, António. *Associações Agrícola: Um Guia Prático*. 2 ed. Lisboa: DGRR. 2003.
- CANTERLE, Nilsa MariaG. *Associações agrícolas e sua relação como desenvolvimento*. Francisco Beltrão-PR, Unioeste, 2004.
- CASAL, Adolfo. *Antropologia e desenvolvimento Rural: As Aldeias Comunitárias de Moçambique*. Lisboa: Instituto de investigação científica Tropical. 1996.
- Da SILVA, Tiago Martins. *Cooperativismo, capital Social e Desenvolvimento Local: O Caso da Cooprocor de Corumbatai di sul e região*. Toledo-PR, 2013.
- DNER. *Manual do formador em desenvolvimento associativo*, Maputo. 2004
- FERREIRA, Neto Alfredo & Garcia Sebastião. *O desenvolvimento Comunitário Princípios para Acção*. Rio de Janeiro Bloch. 1987.
- FERRINHO, Honero. *Associativismo e cooperativismo*. Maputo: Conferencia Nacional das Associações de Camponeses e Cooperativas Agrícolas de Moçambique. 1997.
- FILHO, José. (2006) *Associativismo e desenvolvimento sustentável*, vol. 2, Brasília, 1997.
- FORERO, G. V. Hacia. *Una Teoría del Capital Social*. Revista de Economía Institucional, vol.4, n. 6, primer semestre, 2002.

FRANCO, A. *Capital Social*. Leituras de Tocquville, Jacobs, Putnam, Kukuyama, Maturana, Castells e Levy. Brasília. Instituto de política, 2001.

FRANTZ, Walter. *Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária*. Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil, 2012.

FRANTZ, Walter. *Desenvolvimento local, associativismo e cooperação*, 2002.

FUKUYAMA, FRANCIS. *Capital social e sociedade civil*. Instituto IMF, 2000.

GANANÇA, Alexandre Ciconello. *Associativismo no Brasil: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

GIL, António Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6ªed. São Paulo: Atlas. 2008.

Grupo de Pesquisa-Moçambique. *O Movimento Associativo moçambicano numa governação democrática*, Maputo, 1996.

HAVERI, A. *Strategy of comparative advantage in local communities*. Oulavirta, Lasse, 1996.

IFDEC. *Le développement économique communautaire et les CDEC montréalaises*, 1992

INCAJU, Plano Director do Caju, “*Comercialização e Industrialização*”, Maputo: Mimeograph, distribuído em Nampula, 5 de Julho de 2001.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *Projeções Anuais da População Total Urbana e Rural dos Distritos da Província de Inhambane (2007-2040)*. 2007

LEONELLO. João Carlos, COSAC. Claudia Maria Daher. *O Associativismo Como Alternativa de Desenvolvimento Local e Sustentabilidade Social*. 2001

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia Científica*. 5ª Ed. – 4ª reimpressão. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, S. R. O. *Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas*. Interacções, vol. 3, n. 5, 51-59. Campo Grande: UCDB, 2002.

MILANI, Carlos. *Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas* (Bahia, Brasil). In: *Capital social, participação política e desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia*. Escola de Administração da UFBA (NPGA/NEPOL/PDGS). 2003.

NGUIRAZE, André. *Processo de socialização do campo em Moçambique pós-independência: Abordagem do sistema agrário do campesinato e o desenvolvimento local*, UFRN/Brasil, 2010

NOGUEIRA, C. *Construcionismo social, análise do discurso e género. Psicologia* (no prelo). 2001.

PENACHIONI, A. Calvert-Henderson: mais uma alternativa ao cálculo do PIB. *Revista Brasil sustentável*, v. 22, p. 46, dez./jan. 2009.

República de Moçambique (2006), Decreto-Lei nº 2/2006: *Estabelece os termos e procedimentos, registo das associações agro-pecuárias*. Boletim da República. 1ª Serie, nº 18.

ROCHA, Aurélio A. N. *Associativismo e Nativismo em Moçambique o Grémio Africano de Lourenço Marques (1908-1938)*. Universidade nova de Lisboa Faculdade de Ciência Sociais e Humanas departamento de sociologia. Dissertação de mestrado em economia e sociologia histórica. Lisboa, 1991.

SAMBO, Book. *Estratégia de Desenvolvimento Rural: Sucessos e Retrocessos*. Maputo, 2008.

SCHNEIDER, José Odelso. *Democracia, participação e autonomia cooperativa*. São Leopoldo, RS: Unisinos, 1991

SELLTZ et al. *Métodos de Pesquisa nas relações sociais*. São Paulo: Cortez. 2000

SITOE, Tomás Adriano. *Agricultura familiar em Moçambique: estratégias de desenvolvimento sustentável*. Maputo: [s/n], 2005.

SITOI, Deizi Cristina Mata dos Santos. *As Relações de Género e Participação nas Actividades da Associação: estudo de caso da união de camponeses de Marracuene*, 2013

STOLLE, Dietlind and HOOGHE, Marc "*Consumers as Political Participants? Shifts in Political Action Repertoires in Western Societies,*" in Michele Micheletti, Andreas Follesdal and Dietlind Stolle (eds), *Politics, Products, and Markets: Exploring Political Consumerism Past and Present.* New Brunswick, NJ: Transaction Press. 2003.

SUPE, S. *Na Introduction to extension on education.* 2a ed. New Deli. 1999.

VALÁ, Salim C. *INDER e Sociedade Civil: que parcerias para o desenvolvimento rural em Moçambique.* UFISC-UEM. 1999.

VALÁ, Salim Cripton, *Turismo e promoção do desenvolvimento local em Moçambique: percepções, prática e moda.* Maputo. 2005

VALÁ, Salim. *Associativismo agrícola e desenvolvimento Local no Chokwe 1975-2000.* Maputo. 2002.

VEIGA, José Francisco, *associativismo/cooperativismo: Curso de formação de promotores de grupo.* Maputo: MADER/Ministério da Agricultura, das Pescas e do Desenvolvimento Rural e Portugal. 2000.

ZAPATA, Tânia *et al. Desenvolvimento local: estratégias e fundamentos metodológicos.* Rio de Janeiro: Ritz, 2001.

## **APÊNDICES E ANEXOS**

## APÊNDICE I

### Guião de entrevistas

As respostas que foram obtidas a partir desta guia serviram como um pilar para elaboração de um projecto em cumprimento dos requisitos exigidos para a obtenção do grau académico de licenciatura em Economia Agrária no Departamento de Sociologia Rural, Escola Superior de Desenvolvimento Rural – UEM. Ressaltar que este projecto apenas tem fins académicos e não irá trazer prejuízos para os seus colaboradores.

As perguntas abaixo foram destinadas aos membros da Associação Tsembeça e AMMAD

### Dados do entrevistado

Nome, período de tempo a trabalhar na associação e cargo que ocupa

Quando é que foi fundada? \_\_\_\_\_

Quais são os objectivos da associação? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Qual é a localização desta associação? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Quais são as principais actividades desenvolvidas?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Qual é a área total explorada (em hectares)? \_\_\_\_\_

Quais são as infra-estruturas existentes na associação?

---

---

---

Como é feita a sua gestão dos seus recursos?

---

---

---

Que oportunidades relacionadas com a localização que a associação goza? \_\_\_\_\_

---

---

---

Que constrangimentos verificados no âmbito social? \_\_\_\_\_

---

---

---

Que constrangimentos verificados no âmbito económico? \_\_\_\_\_

---

---

---

Qual é o rendimento mensal que auferes? \_\_\_\_\_

Com base a essa renda, o associado consegue ingressar seus filhos na escola?

## APÊNDICE II

### Questionário

Questionário destinado aos presidentes da associação Tsembeça e AMUMAD

Qual é o número dos seus associados?

Nº de Homens

Nº de Mulheres

Qual era o número dos seus associados em  2013?

Nº de Homens

Nº de Mulheres

Qual era o número dos seus associados em  2012?

Nº de Homens

Nº de Mulheres

Qual era o número dos seus associados em 2011?

Nº de Homens

Nº de Mulheres

Qual era o número dos seus associados em  2010?

Nº de Homens

Nº de Mulheres

Qual era o número dos seus associados em  2009?

Nº de Homens

Nº de Mulheres

Qual é o número dos membros que são chefes da  família?

Nº de Homens  Nº de Mulheres

De forma a promover a participação dos membros na vida da associação, qual é o critério usado para a divisão do trabalho pelos associados?

Sexo \_\_\_\_ Idade \_\_\_\_ Nº de acções \_\_\_\_

Outro \_\_\_\_ Qual? \_\_\_\_\_

Qual foi o rendimento da associação nos seguintes anos:

Ano de 2009  Ano de 2010  Ano de 2011

Ano de 2012  Ano de 2013

Como é distribuído o rendimento aos associados?

---

---

---

Os associados beneficiam se de alguma formação?

Não

Sim  Qual? \_\_\_\_\_

---

---

A associação paga taxa ao governo?

NÃO

SIM  Como se chama?  Quanto custa?

Qual é a principal fonte de captação de recursos? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Qual é a renda mensal por associado?

A associação tem feito parceria com instituições governamentais e/ou não governamentais?

Não

Sim  Quais? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Existe uma estrutura do quadro organizacional da associação?

Não

Sim  Qual? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Qual é a renda mensal por associado?

Com base a essa renda, o associado consegue ingressar seus filhos na escola?

Não

Sim

Quantos?

Que níveis de ensino?

Primário

Básico

Médio

Superior

Já beneficiou se de alguma formação na associação?

Não

Sim

Com base na renda que auferi, o associado consegue garantir serviços hospitalares a si e aos seus familiares no caso de doenças?

Não

Sim

Que outras acções tem feito com base no rendimento ganho para garantir boa saúde ao associado e a sua família?

---

---

---

---

Existem outras actividades desenvolvidas pelos membros da associação para a captação da renda?

NÃO

SIM  Quais são? \_\_\_\_\_

## APÊNDICE III

### Dados colectados nas associações

**Tabela 1: Número de associados da associação AMUMAD**

<b>ANO</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
No de homens	0	0	2	2	3
No de mulheres	24	24	25	29	34
No Total de associados	24	24	27	31	37

*Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados colectados*

**Tabela 2: Número de associados da associação Tsembeca**

<b>ANO</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
No de homens	0	2	2	4	4
No de mulheres	10	10	12	16	19
No Total de associados	10	12	14	20	23

*Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados colectados*

**Tabela 3: Renda Média Anual na associação Tsembeca e AMUMAD no período de 2009 a 2011**

<b>Ano</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Associação</b>					
<b>Tsembeca</b>	16.500,00	16.625,00	20.111,11	19.838,71	20.027,03
<b>AMUMAD</b>	18.000,00	18.000,01	18.000,02	21.500,00	26.400,00

*Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados colectados*

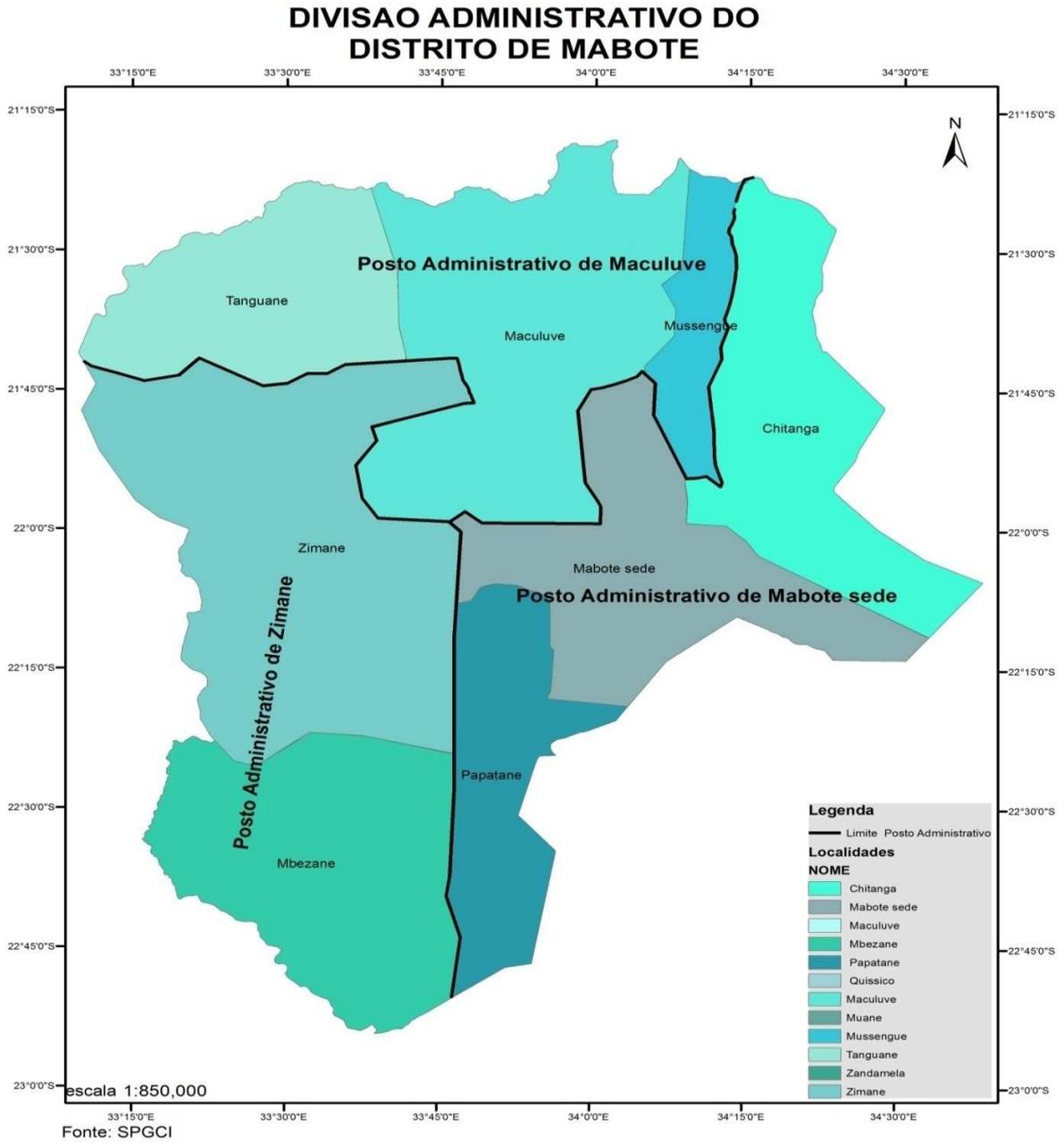
**Tabela 4: Distribuição da renda na associação Tsembeça no período de 2009 a 2013**

		Cargos					
Ano		Volunt. Simples	Supervisores do campo	Secretário	Contabilistas	Presidente	TOTAL
<b>2009</b>	Nº de membros	19	2	1	1	1	24
	Renda mensal	1,250.00	1,500.00	1,750.00	2,000.00	2,500.00	
	Total	31,500.00	3,000.00	1,750.00	2,000.00	2,500.00	33,000.00
<b>2010</b>	Nº de membros	18	3	1	1	1	24
	Renda mensal	1,250.00	1,500.00	1,750.00	2,000.00	2,500.00	
	Total	22,500.00	4,500.00	1,750.00	2,000.00	2,500.00	33,250.00
<b>2011</b>	Nº de membros	21	3	1	1	1	27
	Renda mensal	1,500.00	2,000.00	2,250.00	2,500.00	3,000.00	
	Total	31,500.00	6,000.00	2,250.00	2,500.00	3,000.00	45,250.00
<b>2012</b>	Nº de membros	25	3	1	1	1	31
	Renda mensal	1,500.00	2,000.00	2,250.00	2,500.00	3,000.00	
	Total	37,500.00	6,000.00	2,250.00	2,500.00	3,000.00	51,250.00
<b>2013</b>	Nº de membros	28	6	1	1	1	37
	Renda mensal	1,500.00	2,000.00	2,250.00	2,500.00	3,000.00	
	Total	42,000.00	12,000.00	2,250.00	2,500.00	3,000.00	61,750.00

*Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados colectados*

# ANEXO I

## Mapa do Distrito de Mabote (Divisão Administrativa)



## ANEXO II

### REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

---

#### CONSELHO DE MINISTROS

#### Decreto-Lei nº 2/2006 de 3 de Maio

As associações agro-pecuárias têm vindo a constituir-se e actuar nas zonas rurais e peri-urbanas, como forma de aglutinar os esforços individuais dos produtores e melhorar a sua organização e a ligação com outros sectores da economia e da sociedade.

Constatando-se a necessidade de adequar o quadro legal para a sua constituição, reconhecimento e registo, e ao abrigo do disposto no artigo 1 da Lei nº 8/2005, de 23 de Dezembro, o Conselho de Ministros determina:

#### CAPÍTULO I

##### Das disposições gerais

##### Artigo 1

##### Âmbito

O presente Decreto-Lei estabelece os termos e procedimentos para constituição, reconhecimento e registo das associações agro-pecuárias, sem prejuízo da necessidade de obtenção de autorização e licenças exigidas pela legislação em vigor.

##### Artigo 2

##### Definição e objectivo

1. Consideram-se associações agro-pecuárias as diversas formas de organização e entajuda das comunidades relacionadas com a actividade agro-pecuária.
2. São também associações agro-pecuárias as que sejam detentoras ou possuidoras, a qualquer título, do direito que lhes assegure o uso e fruição de terras, de gado ou de áreas florestais e que tenham por objecto o apoio ou fomento da exploração agrícola, agro-pecuária ou florestal ou outras com elas directamente relacionadas ou conexas.

3. As associações agro-pecuárias têm como objectivo defender os interesses dos seus membros, fomentando e apoiando:

- a) A produção, a transformação, a conservação, a distribuição, o transporte e a comercialização de bens e produtos relativos às suas actividades;
- b) A aquisição de produtos, animais, máquinas, ferramentas e utensílios destinados às suas explorações;
- c) A produção, a preparação e o acondicionamento de rações, alimentos, fertilizantes, pesticidas e outros produtos e materiais ou matérias-primas de qualquer natureza necessária ou convenientes às suas explorações;
- d) A instalação e a prestação de serviços, no campo da organização económica ou técnico administrativo e a colocação e a distribuição dos bens e produtos;
- e) A rega, em relação às obras que a lei preveja poderem ser administradas ou geridas pelas associações.

### Artigo 3

#### **Membros**

1. Podem ser membros das associações agro-pecuárias os cidadãos maiores de 15 anos e que possuam idoneidade comprovada pelo chefe do posto administrativo ou da localidade, por autoridade comunitária ou outra com competência reconhecida pela comunidade em que o membro reside, sem prejuízo das regras aplicáveis do Código Civil.

2. Só podem concorrer para os órgãos de direcção das associações agro-pecuárias os membros com idade mínima de 18 anos e que preencham os requisitos definidos nos respectivos estatutos.

## CAPÍTULO II

### **Personalidade jurídica, reconhecimento e registo**

#### Artigo 4

#### **Personalidade jurídica**

As associações adquirem personalidade jurídica pelo reconhecimento.

#### Artigo 5

#### **Reconhecimento e registo**

1. O reconhecimento das associações agro-pecuárias é feito pela autoridade administrativa do Distrito ou Posto Administrativo da sede da associação, a qual manterá o respectivo registo.
2. É obrigatório que a autoridade administrativa referida no nº 1 do presente artigo mande publicar o despacho de reconhecimento das associações agro-pecuárias no Boletim da República, suportando a mesma autoridade os respectivos custos.

#### Artigo 6

##### **Efeitos do reconhecimento**

O reconhecimento feito pela autoridade administrativa confere às associações agro-pecuárias a capacidade de adquirir e exercer direitos, bem como de contrair obrigações que correspondam à realização dos seus fins estatutários.

#### CAPÍTULO III

##### **Procedimentos**

#### Artigo 7

##### **Documentação necessária**

1. No acto do pedido de reconhecimento, os interessados devem juntar os seguintes documentos:
  - a) Requerimento-tipo, contendo o nome da associação, assinado por pelo menos dez membros fundadores, podendo os membros que não saibam ou não possam assinar apôr a sua impressão digital;
  - b) Formulário do Estatuto-tipo devidamente preenchido;
  - c) Testemunho escrito ou verbal, que seja reduzido a auto, do chefe do posto administrativo ou da localidade, da autoridade comunitária ou de outra autoridade com competência reconhecida pela comunidade local, atestando a idoneidade dos requerentes para exercerem as actividades que se propõem.
2. A identidade dos membros fundadores pode ser comprovada presencialmente através do Bilhete de Identidade ou outro documento válido emitido por entidade pública, pela abonação de duas testemunhas, ou ainda pelo reconhecimento pessoal da autoridade administrativa que receber o pedido.
3. O Ministro da Agricultura aprovará os formulários do requerimento-tipo e Estatuto-tipo referidos nas alíneas a) e b) do nº 1 do presente artigo.

## Artigo 8

### **Entrega do pedido e despacho**

1. A documentação é entregue na Secretaria da Administração do Distrito ou Posto Administrativo da sede da associação.
2. O despacho de reconhecimento é emitido pelo administrador de distrito ou chefe do posto administrativo no prazo não superior a oito dias após a entrega.
3. Emitido o despacho de reconhecimento, é entregue à associação a respectiva certidão pela Administração do Distrito ou Posto Administrativo, mediante o pagamento dos custos determinados por lei.
4. Caso seja do seu interesse, as associações agro-pecuárias reconhecidas podem mandar publicar os seus estatutos no Boletim da República.

## CAPÍTULO IV

### **Uniões**

## Artigo 9

### **Constituição e reconhecimento**

1. Podem ser constituídas uniões de duas ou mais associações agro-pecuárias.
2. No caso de uniões com actividades em vários distritos ou províncias, o reconhecimento é feito pelo Governador Provincial ou Ministro que superintende o sector agro-pecuário, respectivamente.
3. São aplicáveis às Uniões as disposições do presente Decreto-Lei relativas às associações agro-pecuárias, com as necessárias modificações.

Aprovado pelo Conselho de Ministros, em 28 de Fevereiro de 2006.

Publique-se.

O Presidente da República, ARMANDO EMÍLIO GUEBUZA